
**ATA DA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2025 DO CONSELHO DE DIRIGENTES DE
ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO DA UNIÃO (DICON)**

Data: 18 de novembro de 2025

Horário: 14:30

Local: Reunião virtual

Abertura e pauta

O Presidente do DICON, Ronald da Silva Balbe, abriu a reunião agradecendo a presença dos participantes, registrando o quórum inicial de 41 pessoas e apresentando a pauta:

1. Aprovação da ata da reunião anterior;
2. Balanço das atividades das comissões técnicas;
3. Planejamento do seminário do DICON para 2026.

Foi solicitado que os participantes indicassem itens adicionais, não havendo manifestações.

1. Aprovação da Ata

A ata de 16 de setembro de 2025 foi lida e aprovada, com uma correção destacada por Marcela Jacominy referente aos trabalhos de *benchmarking* da Comissão de Capacitação.

2. Relatos das Comissões Técnicas

2.1. Comissão de Capacitação, Certificação e Desenvolvimento de Competências – Relato de Marcela Jacominy (CGU)

- Realização de *benchmarks* com Câmara dos Deputados, Senado, TRE-RJ, CGE-GO e STF;
- Estudos sobre o novo *framework* atualizado do IIA;
- Próximos passos:
 - Atualização de competências;
 - Níveis de capacitação;
 - Criação de banco de boas práticas;
 - Elaboração de modelo mínimo para adoção pelas unidades.

2.2. Comissão de Auditoria de Pessoal – Relato conjunto Maurício (TRT5) e Vivian Vivas (CGU)

- Encaminhamento de relatório final ao TCU previsto para a semana seguinte;
- Sensibilidade do TCU para rever a participação da auditoria interna no fluxo de análise de atos de pessoal;
- Possível redefinição do papel das auditorias internas em apoio ao GT que revisará a IN 78/2018 – prazo março/2026;
- Necessidade de CGU manter acesso às fichas de análise para subsidiar auditorias de pessoal.

2.3. Comissão de Auditorias Assistidas por TIC – Relato de Maurício do TRT5 (na ausência do coordenador, Watson)

- Avanço de atividades com quatro reuniões realizadas;
- Temas tratados:
 - Auditoria de vulnerabilidades;
 - Oficinas práticas;
 - Banco de ideias e casos de uso tecnológicos.
- Previsão de oficinas gravadas e disponibilização de boas práticas.

2.4. Comissão do IA-CM (Modelo de Capacidade de Auditoria Interna) – Relato de Diocésio (STJ)

- Comissão composta por 17 membros dos TRTs, TJs e demais órgãos;
- Produtos em elaboração:
 - Política de comunicação sobre IA-CM;
 - Repositório de boas práticas;
 - Autoavaliações conjuntas.
- Atualização global do IA-CM será conduzida pelo Brasil, com participação do IIA Global, com início previsto para início de 2026;
- Convocação futura de representantes do DICON para apoio ao processo.

2.5. Comissão de Certificação de Contas – Relatos de Karen Teles (CGU) e Diocésio (STJ)

Principais pontos da evolução normativa com o TCU:

- Transição da **auditoria financeira** para **certificação de controles internos**;
- Desvinculação entre auditoria financeira e julgamento de contas. TCU teria o foco em auditoria financeira;
- Auditoria de contas dos gestores realizada pelo Controle Interno voltaria ao modelo de processos enviados ao TCU;
- CGU e TCU já constroem normativos para vigência em **2026**;
- Processo será mais flexível, com foco em riscos e não mais em materialidade rígida da auditoria financeira;
- Certificado passa a subsidiar julgamento do TCU, e não mais a emissão de opinião sobre demonstrações contábeis;
- Expectativa de que a maioria das certificações seja de **asseguração limitada**;

- Questionários de pesquisa da AudInovação ainda em processo de análise por eles para delimitação de quais serão as UPC's que terão contas julgadas conforme capacidade do TCU.

Participantes manifestaram dúvidas quanto ao impacto para auditorias pequenas, curva de aprendizado e metodologia, mas o entendimento geral foi de que o novo modelo tende a reduzir a rigidez e a carga de trabalho, mantendo ganhos alcançados na auditoria financeira.

3. Planejamento do Seminário DICON 2026 (13º Fórum Brasileiro da Atividade de Auditoria Interna Governamental)

- Proposta inicial de realização em **junho, julho ou agosto**, considerando calendário eleitoral;
- Sugestão de **realização conjunta ou próxima ao Fórum do Judiciário (Fórum Permanente de Auditoria do Poder Judiciário)**, coordenado pelo CNJ, para otimização de agendas;
- Possibilidade de sediar o evento na **Escola Superior de Defesa** (sugestão de Almeida Júnior/MD);
- Definiu-se continuidade das conversas com **Giovanna (CNJ)** para alinhamento de datas.
- Temas indicados:
 - Certificação de controles internos;
 - Auditoria de TI;
 - Capacitação;
 - IA-CM;
 - Auditoria de contas.

4. Encerramento

Ronald agradeceu a participação e encerrou a reunião.